

A pandemia da COVID-19 e a pós-graduação *stricto sensu* no Brasil

The COVID-19 pandemic and graduate studies stricto sensu in Brazil

Daniella Borges Ribeiro*

 <https://orcid.org/0000-0001-9264-7618>

Resumo: A pesquisa tem como objetivo descrever o panorama dos programas de pós-graduação *stricto sensu* no Brasil do ano 2000 até 2021, destacando os anos de pandemia da COVID-19. Trata-se de pesquisa quantitativa elaborada por meio de dados coletados no Sistema de Informações Georreferenciadas da CAPES e analisados a partir da análise estatística descritiva. Os resultados demonstram a expansão dos programas de pós-graduação *stricto sensu* no Brasil, o aumento do número de matrículas e a redução das titulações em período de pandemia da COVID-19.

Palavras-chave: Pós-graduação. Política de Educação. Ciência. Pandemia.

Abstract: This research describes the scene for graduate programmes *stricto sensu* in Brazil, from 2000 to 2021, highlighting the years of the COVID-19 pandemic. It is quantitative research developed through data collected from the CAPES Georeferenced Information System, which was analysed using descriptive statistical analysis. The results reveal the expansion of graduate programmes *stricto sensu* in Brazil, an increase in enrolments, and a reduction in the number of degrees completed during the COVID-19 pandemic.

keywords: Graduate studies. Education policy. Science. Pandemic.

Submetido em: 28/1/2023. Aceito em: 22/5/2023.

Introdução

A pós-graduação no Brasil surge como uma das estratégias para garantir o desenvolvimento nacional. Nesse contexto, emerge o Decreto nº 19.851 de 1931 – Estatuto das Universidades Brasileiras – que prevê a existência de cursos de aperfeiçoamento e de especialização. Entretanto, somente a partir da década de 1960 é possível verificar a consolidação da pós-graduação. Em 1961 surge a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e, em seguida, a emissão do Parecer nº 977/65 do Conselho Federal de Educação (CFE), regulamentando a pós-graduação no Brasil (Cury, 2005).

A pós-graduação apresenta grande importância em virtude de sua produção de conhecimentos científicos fundamentais para o desenvolvimento do país. Mais recente, a eclosão da pandemia da COVID-19 explicitou a relevância da ciência em todo o mundo, uma

* Assistente Social. Doutora em Política Social. Docente do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Viçosa. (UFV, Viçosa, Brasil). Av. Peter Henry Rolfs, s/n, Campus Universitário, Cep: 36570-900, Viçosa/MG. Financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG). E-mail: dborgesribeiro@yahoo.com.br.



© A(s) Autora(s)/O(s) Autor(es). 2023. Acesso Aberto Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material para qualquer fim, mesmo que comercial. O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença.

vez que cientistas se debruçaram em pesquisas que visavam o controle da pandemia. No Brasil, a cientista Jaqueline Goes de Jesus, doutora pela Universidade Federal da Bahia, fez parte da equipe que mapeou os primeiros genomas do novo coronavírus em apenas 48 horas após a confirmação do primeiro caso de COVID-19 no Brasil (Veloso, 2020). Entre as várias iniciativas que envolveram pesquisadores (as) brasileiros (as) também destacamos o anúncio realizado no dia 22 de fevereiro de 2022 da primeira vacina nacional contra a COVID-19, produzida pela Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) (Organização Pan-Americana da Saúde, 2022).

A ciência é fundamental para dar respostas às demandas da sociedade e, há de se considerar que no Brasil “[...] é nas universidades que se realiza a maior parte da pesquisa do país, especialmente nas públicas [...]” (Brasil, 2016, p. 27), com destaque para os programas de pós-graduação. Este artigo tem como objetivo descrever o panorama dos programas de pós-graduação *stricto sensu* no Brasil do ano 2000 até 2021, destacando o período referente à pandemia da COVID-19. Trata-se de pesquisa quantitativa cujos dados sobre os programas de pós-graduação *stricto sensu* foram coletados no Sistema de Informações Georreferenciadas da CAPES (GEOCAPES), sistematizados e analisados a partir da análise estatística descritiva (Minayo, 2004).

A pós-graduação brasileira no século 21

Os programas de pós-graduação atuam não apenas na formação de docentes e pesquisadores para as universidades e instituições de pesquisa, mas, também, na busca de soluções frente às problemáticas que se constituem como desafios para o Brasil. A ciência precisa estar afinada com as necessidades da sociedade expressas nos problemas ambientais, tecnológicos, sociais, econômicos, e deve ter capacidade de lidar tanto com temáticas complexas quanto a devolução de benefícios para a melhoria de vida da população. O Brasil se tornou referência em pesquisas ligadas à medicina tropical, odontologia, parasitologia, agricultura tropical, diversidade cultural e social, energia, biocombustíveis, estudos sobre violência, biodiversidade, vírus da zika, microcefalia (Brasil, 2021b), o que demonstra a necessidade de investimento na ciência e a defesa de seu retorno benéfico para o conjunto da sociedade.

O Brasil apresentou um aumento considerável na proporção de doutores titulados em relação à população, saltando de 6,4 doutores para cada 100 mil habitantes, em 2011, para 11,6 doutores para cada 100 mil habitantes, em 2019 (BRASIL, 2021). Apesar da conquista, esses números precisam avançar. O Relatório da Unesco expõe as seguintes informações: em 2014, havia no Brasil 888 pesquisadores por milhão de habitantes; no Japão, 5.328; nos Estados Unidos, 4.205; na Alemanha, 4.321; na França, 4.234; na China, 1.089. No mesmo levantamento, o Brasil fica atrás de países da América Latina como a Argentina, onde em 2014 havia 1.207 pesquisadores por milhão de habitantes (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, 2021).

Embora seja possível observar certo avanço, o Brasil ainda não investe o necessário para a expansão da ciência e tecnologia (C&T). Se considerarmos o investimento em pesquisa e desenvolvimento como proporção do PIB em 2018, o Brasil investiu 1,26% do PIB; o Japão, 3,26%; a Alemanha, 3,09%; os Estados Unidos, 2,84%; a França, 2,20% e; a China, 2,19% (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, 2021).

A crise econômica vivenciada pelo Brasil em 2015 afetou profundamente os investimentos na política de educação e C&T. Após o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, o governo brasileiro adotou um regime duro de austeridade fiscal, sendo emblemática a aprovação, em 2016, no Governo Michel Temer, da Emenda Constitucional nº 95 (EC/95), que congela por 20 anos o gasto público destinado a direitos sociais essenciais como saúde, educação e assistência social em contexto de hegemonia do capital financeiro e de disputa pelos recursos do fundo público (Souza; Soares, 2019). Ou seja, antes da pandemia da COVID-19 já havia uma tendência no Brasil de cortes de recursos para as políticas públicas e de aumento das desigualdades sociais.

A pandemia da COVID-19 teve início quando a Organização Mundial da Saúde (OMS) recebeu em 31 de dezembro de 2019 um alerta sobre casos de pneumonia na cidade de Wuhan, na República Popular da China. Em 07 de janeiro de 2020, houve a ratificação da existência de um novo tipo de coronavírus, que recebeu o nome de SARS-CoV-2, o responsável por causar a doença COVID-19. Em 30 de janeiro de 2020, a OMS declarou o surto do novo coronavírus como uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) e, em 11 de março de 2020, a COVID-19 foi caracterizada pela OMS como uma pandemia (Organização Pan-Americana da Saúde, [2021]). Até 25 de janeiro de 2023 a OMS registrou 664.873.023 casos confirmados de COVID-19 no mundo, sendo 6.724.248 mortes. O maior número de casos e mortes foi nos Estados Unidos (100.651.473 casos e 1.093.540 mortes), seguido do Brasil, com 36.730.913 casos confirmados e 696.342 mortes¹ (dados registrados até 25 de janeiro de 2023) (Organização Pan-Americana da Saúde, [202-]).

Após a declaração de Emergência em Saúde Pública da OMS, uma série de medidas foi adotada pelos países. No Brasil, as medidas foram variadas, desde o negacionismo até decisões que seguiram as recomendações científicas internacionais (Morel, 2021). Levando em consideração as disputas políticas, econômicas e ideológicas que envolveram a situação, em 03 de fevereiro de 2020 o Ministério da Saúde aprovou a Portaria nº 188, que declara Emergência em Saúde Pública em decorrência da infecção pelo coronavírus (Brasil, 2020a). No campo da política de educação, o Ministério da Educação lançou as Portarias nº 343, de 17 de março de 2020 (Brasil, 2020b) e nº 345, de 19 de março de 2020 (Brasil, 2020c) apontando a substituição das aulas presenciais pelas aulas remotas durante a pandemia. Assim, as instituições de ensino adotaram aulas mediadas pelas Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação.

A adoção do *ensino remoto* impactou a vida de docentes, discentes e técnicos das instituições de ensino. As rotinas de estudo e de trabalho foram alteradas rapidamente. Houve maior exigência de adaptação às tecnologias digitais; aumento da carga horária de trabalho docente; dificuldades de interação entre docentes e discentes; dificuldades para o estabelecimento de limites entre trabalho, estudo e rotina pessoal; suspensão de algumas atividades de pesquisa e extensão; dificuldade de acompanhamento das aulas; aumento dos gastos (pois, docentes e discentes arcaram com o pagamento das contas de luz, internet, entre outras); além das angústias e medos próprios do período de pandemia, que se somaram aos estresses do estudo e do trabalho (Elias; Alves, 2022).

¹ O primeiro caso de COVID-19 no Brasil foi de um homem, que deu entrada no Hospital Albert Einstein, em São Paulo, após chegar de viagem da Itália. A confirmação se deu em fins de fevereiro de 2020. A primeira morte por COVID-19 foi em 12 de março de 2020, sendo a vítima uma mulher que trabalhava como diarista em São Paulo (Há [...], 2021).

A vacina foi descoberta a partir de esforços de pesquisadores e investimentos em pesquisas em várias partes do mundo. A vacinação contra a COVID-19 no Brasil teve início em janeiro de 2021 e, segundo Leonel (2022, p. 1), “[...] o elevado número de mortes e o colapso no sistema de saúde de 2021 poderiam ter sido evitados se o país tivesse se preparado corretamente e antecipado a aquisição das vacinas”.

A formação social e econômica do Brasil com alto índice de desigualdade social, as crises econômicas e, recentemente, a pandemia da COVID-19, agravaram os problemas de todas as ordens já existentes no país. Em 2014 a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) declarou o Brasil como um país sem fome, condição perdida frente à crise econômica e os efeitos da pandemia (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, 2021). Em 2014, 2,7% da população vivia em situação de extrema pobreza. Em 2018, esse número aumenta para 4,4%, atingindo majoritariamente a população negra (8,8% do total geral dos negros e 3,6% do grupo populacional branco). Tais números aumentaram ainda mais a partir de 2020 (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, 2021).

Pelo exposto, verifica-se a relevância da ciência principalmente em tempos de pandemia da COVID-19 (mesmo com o fortalecimento de ideias negacionistas). Desse modo, se no Brasil a produção científica é realizada majoritariamente nas instituições públicas (com destaque para os programas de pós-graduação)² e por meio de cientistas formados nas universidades estaduais e federais, importa-nos identificar os programas de pós-graduação *stricto sensu* públicos e conhecer alguns dos impactos sofridos durante a pandemia da COVID-19.

Resultados

Os dados a seguir são referentes à distribuição dos programas de pós-graduação *stricto sensu*, suas matrículas e titulações, entre os anos 2000 e 2021, no mestrado, mestrado profissional e doutorado. Quanto ao doutorado profissional, não serão abordadas as matrículas e titulações, dada a sua criação recente³. O quadro 1 demonstra a expansão dos programas de pós-graduação *stricto sensu*, com exceção do ano de 2020, com pequena queda de 0,2% e retomada do crescimento em 2021. Em 2021, 51% dos programas possuíam cursos de mestrado e doutorado.

² As universidades públicas realizam mais de 95% da ciência no Brasil (Moura, 2019).

³ O doutorado profissional foi regulamentado em 2017 (Brasil, 2021).

Quadro 1. Distribuição dos programas de pós-graduação por nível

Ano	Mestrado/ doutorado	Mestr	Dout	Mestr/ Dout/ Mestr. Prof.	Mestr/ Mestr. Prof.	Mestr. Prof	Mestr. Prof./ Dout. Prof.	Dout. Prof.	Total de programas
2000	766	612	28	19	05	09	-	-	1.439
2001	883	560	29	44	05	29	-	-	1.550
2002	891	660	32	44	05	51	-	-	1.683
2003	907	764	35	44	06	62	-	-	1.818
2004	1.022	759	32	01	-	116	-	-	1.930
2005	1.063	829	33	-	-	132	-	-	2.057
2006	1.146	923	39	-	-	157	-	-	2.265
2007	1.207	980	37	-	-	184	-	-	2.408
2008	1.284	1.029	36	-	-	218	-	-	2.567
2009	1.381	1.054	40	-	-	243	-	-	2.718
2010	1.453	1.091	49	-	-	247	-	-	2.840
2011	1.563	1.175	52	-	-	338	-	-	3.128
2012	1.664	1.230	53	-	-	395	-	-	3.342
2013	1.897	1.095	56	-	-	480	-	-	3.528
2014	1.896	1.199	58	-	-	525	-	-	3.678
2015	2.087	1.167	64	-	-	613	-	-	3.931
2016	2.106	1.292	76	-	-	703	-	-	4.177
2017	2.144	1.367	82	-	-	753	01	-	4.347
2018	2.195	1.320	83	-	-	763	01	01	4.363
2019	2.330	1.333	80	-	-	802	24	01	4.570
2020	2.356	1.282	78	-	-	800	41	02	4.559
2021	2.391	1.348	87	-	-	811	51	03	4.691

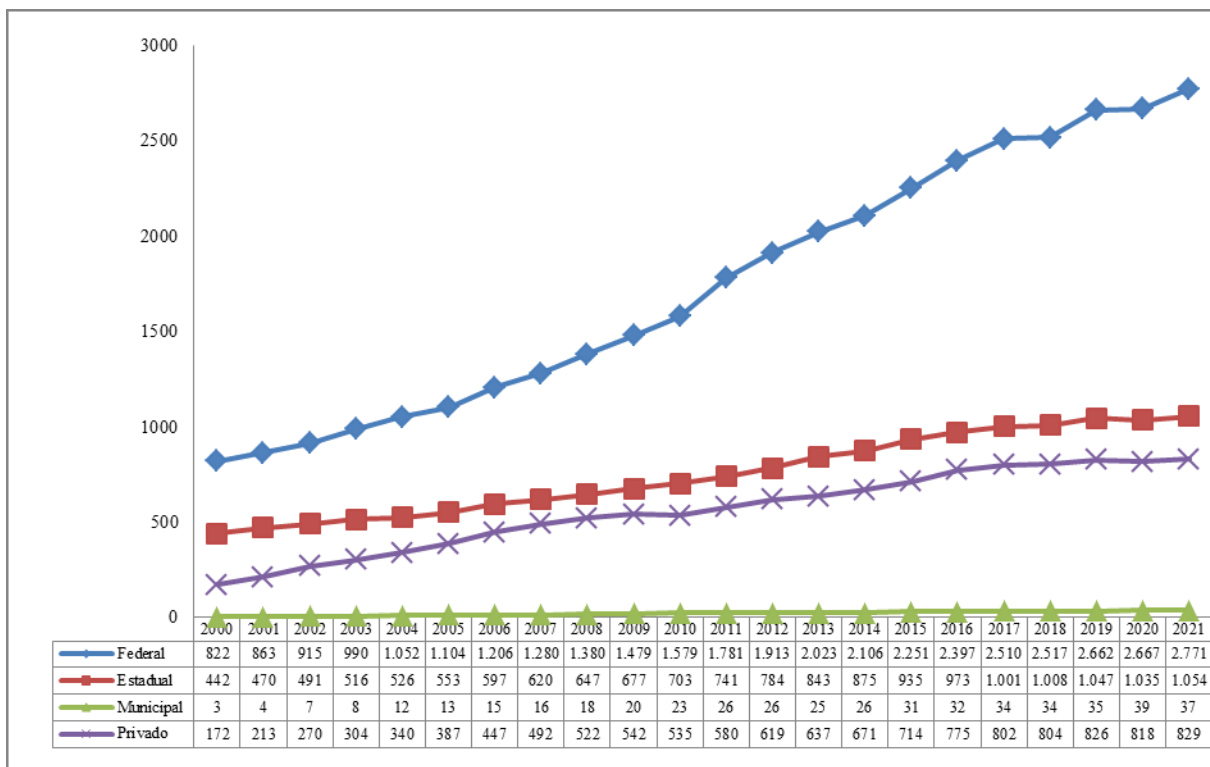
Fonte: GeoCapes.⁴

Em 2020, não se registra diminuição dos programas nas instituições federais. Pelo contrário, houve aumento. Nesse ano, a queda ocorreu nos programas privados e estaduais e, em 2021 uma estreita diminuição dos programas municipais. Em 2021, 82,3% dos programas eram de instituições públicas, especialmente federais (Gráfico 1). O destaque para as federais reafirma que “[...] é nas universidades que se realiza a maior parte da pesquisa do País, especialmente nas públicas, o que significa que os docentes são responsáveis por uma parcela significativa da produção científica nacional” (Brasil, 2016, p. 27).

Em 2021, 42,5% dos programas se localizavam no Sudeste, seguido do Sul (21,4%). Nos anos de pandemia da COVID-19 constata-se a diminuição de programas no Nordeste e Sudeste, mas ainda assim o Sudeste continua concentrando o maior número de programas. Nota-se nos últimos anos o crescimento dos programas nas regiões Norte e Centro-Oeste, fato importante para a diminuição das disparidades regionais (Gráfico 2).

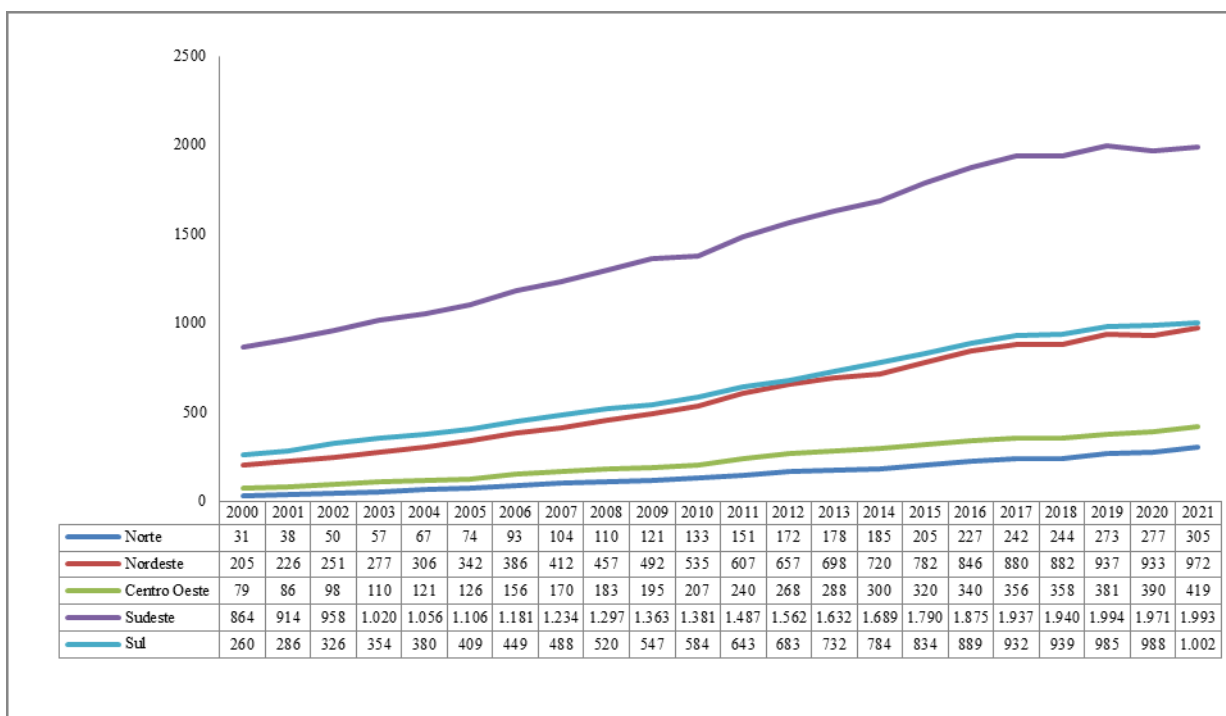
⁴ A GeoCapes é uma ferramenta de dados georreferencial e está disponível em: <https://geocapes.capes.gov.br/geocapes/>.

Gráfico 1. Distribuição dos programas de pós-graduação por status jurídico



Fonte: GeoCapes.

Gráfico 2. Distribuição dos programas de pós-graduação por região



Fonte: GeoCapes.

Quadro 2. Programas de mestrado/ doutorado – Grande área

Ano	C. da Saúde	C. ex. e da terra	C. humanas	C. biológicas	C. agrárias	Eng.	C. soc. aplicadas	Ling., letras e artes	Multidisc.
2000	189	105	101	97	86	79	49	51	09
2001	193	116	129	113	107	90	63	58	14
2002	198	114	130	115	108	90	63	58	15
2003	207	114	132	118	109	91	63	58	15
2004	214	124	141	135	127	111	84	60	26
2005	228	128	143	141	133	114	86	61	29
2006	244	131	159	148	144	124	94	68	34
2007	245	138	168	142	153	125	103	70	63
2008	259	146	182	149	163	130	109	73	73
2009	276	153	197	159	178	137	119	78	84
2010	279	160	211	168	186	145	128	82	94
2011	296	162	231	180	200	150	140	91	113
2012	310	165	247	187	213	160	157	96	129
2013	355	177	281	199	239	170	192	109	175
2014	352	177	278	202	242	172	194	107	172
2015	382	195	308	216	259	191	213	116	207
2016	384	195	309	219	259	193	217	118	212
2017	389	195	313	222	261	198	225	121	220
2018	389	201	328	224	262	200	238	126	227
2019	404	209	357	229	272	211	259	134	255
2020	407	210	365	231	269	212	266	138	258
2021	409	214	374	235	269	212	271	145	262

Fonte: GeoCapes.

Em 2021, dos programas que possuíam mestrado e doutorado, 17,1% eram da grande área das ciências da saúde. Observa-se que, com exceção das ciências agrárias, os programas de mestrado e doutorado cresceram também no período de pandemia da COVID-19 (em 2019, eram 2.330; em 2020, 2.356 e em 2021, 2.391) (Quadro 2).

Quadro 3. Programas de mestrado - Grande área

Ano	C. da Saúde	C. ex. e da terra	C. humanas	C. biológicas	C. agrárias	Eng.	C. soc. aplicadas	Ling., letras e artes	Multidisc.
2000	99	67	94	40	84	74	85	28	41
2001	83	59	97	35	67	73	83	27	36
2002	99	69	112	41	73	83	98	34	51
2003	120	77	127	44	87	91	114	42	62
2004	114	77	129	39	79	97	112	47	65
2005	122	83	141	39	79	107	130	50	78
2006	119	95	152	46	97	111	153	59	91
2007	118	98	166	45	101	112	167	64	109
2008	123	99	174	51	109	115	175	66	117
2009	120	97	185	47	108	123	182	69	123
2010	123	97	181	58	114	130	178	78	132
2011	134	103	193	67	118	141	183	82	154
2012	135	109	204	71	133	142	185	79	172
2013	100	101	176	61	117	139	167	65	169
2014	119	102	193	62	122	150	182	70	199
2015	108	93	183	66	116	140	188	71	202
2016	124	102	196	68	126	147	212	78	239
2017	137	106	205	72	130	156	223	78	260
2018	137	100	191	70	128	155	208	71	260
2019	137	98	201	64	123	155	210	76	269

2020	136	97	192	61	111	149	205	67	264
2021	149	100	198	62	121	160	205	65	288

Fonte: GeoCapes.

Em 2021, 21,4% dos programas de mestrado e 33,3% dos de doutorado pertenciam à área multidisciplinar (Quadros 3 e 4). Os programas de mestrado sofreram redução no ano de 2020, se comparado a 2019. Essa redução foi menor em programas de doutorado (Quadros 3 e 4).

Quadro 4. Programas de doutorado- Grande área

Ano	C. da Saúde	C. ex. e da terra	C. humanas	C. biológicas	C. agrárias	Eng.	C. soc. aplicadas	Ling., letras e artes	Multidisc.
2000	13	01	03	01	02	02	02	-	04
2001	13	01	02	01	03	02	01	-	06
2002	13	01	02	02	03	03	01	-	07
2003	14	02	03	03	03	03	01	-	06
2004	13	01	03	02	03	03	-	-	07
2005	14	01	03	02	03	03	-	-	07
2006	13	03	04	04	03	03	-	-	09
2007	12	04	04	02	02	04	-	-	09
2008	12	04	04	01	02	03	-	-	10
2009	13	04	04	02	02	03	-	-	12
2010	15	08	04	02	02	03	01	-	14
2011	16	08	03	02	02	03	02	01	15
2012	16	08	03	03	02	03	02	01	15
2013	16	08	02	02	02	03	02	01	20
2014	18	07	02	02	02	03	02	01	21
2015	18	07	02	02	01	05	03	01	25
2016	20	08	02	03	02	07	05	01	28
2017	21	09	02	03	03	07	07	01	29
2018	23	09	02	03	03	07	08	01	27
2019	22	10	02	03	02	07	07	01	26
2020	23	10	03	03	01	07	05	01	25
2021	24	10	05	03	02	07	05	02	29

Fonte: GeoCapes.

Os Programas com mestrado, doutorado e mestrado profissional⁵ possuem registros até 2004 e, no ano, o único programa era da área multidisciplinar (Quadro 5). Dos programas de mestrado e mestrado profissional⁶, em 2003, 4 estavam na área multidisciplinar (Quadro 6). Em 2021, dos 81 programas de mestrado profissional, 26,9% eram multidisciplinares; 20 programas de mestrado profissional e doutorado profissional⁷ também são multidisciplinares, além de 2 programas de doutorado profissional⁸ (Quadros 7, 8 e 9). A expansão dos programas profissionais na área multidisciplinar vem ao encontro das recomendações do Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG 2011-2020), que estimula novos programas, grupos de pesquisa e docentes na área.

⁵ O mestrado profissional foi criado em 1995 e regulamentado em dezembro de 1998 (Portaria nº 80 de 16 de dezembro de 1998) (Vargas, 2015).

⁶ Os registros desses programas aparecem até 2003.

⁷ Os registros dos programas de mestrado profissional e doutorado profissional aparecem a partir de 2017.

⁸ Os registros desses programas aparecem a partir de 2018.

Quadro 5. Programas de mestrado/ doutorado/Mestrado profissional - Grande área

Ano	C. da Saúde	C. ex. e da terra	C. humanas	C. biológicas	C. agrárias	Eng.	C. soc. aplicadas	Ling., letras e artes	Multidisc.
2000	05	03	-	01	-	04	05	-	01
2001	07	05	01	04	01	10	12	01	03
2002	07	05	01	04	01	10	12	01	03
2003	07	05	01	04	01	10	12	01	03
2004	-	-	-	-	-	-	-	-	01

Fonte: GeoCapes.

Quadro 6. Programas de mestrado/ Mestrado profissional - Grande área

Ano	C. da Saúde	C. ex. e da terra	C. humanas	C. biológicas	C. agrárias	Eng.	C. soc. aplicadas	Ling., letras e artes	Multidisc.
2000	01	01	-	-	-	01	01	-	01
2001	01	01	-	-	-	-	-	-	03
2002	01	01	-	-	-	-	-	-	03
2003	01	01	-	-	-	-	-	-	04

Fonte: GeoCapes.

Quadro 7. Programas de mestrado profissional - Grande área

Ano	C. da Saúde	C. ex. e da terra	C. humanas	C. biológicas	C. agrárias	Eng.	C. soc. aplicadas	Ling., letras e artes	Multidisc.
2000	05	-	01	-	-	02	01	-	-
2001	07	01	02	01	-	07	06	-	05
2002	11	01	03	01	-	11	13	-	11
2003	13	01	04	02	-	11	17	-	14
2004	23	06	05	05	01	20	30	-	26
2005	25	06	05	07	01	23	33	-	32
2006	27	08	06	07	03	29	35	-	42
2007	33	08	06	06	06	32	40	-	53
2008	39	10	06	07	08	35	41	-	72
2009	40	10	05	09	12	45	43	-	79
2010	38	10	06	08	13	44	50	-	78
2011	62	10	15	12	18	54	61	01	105
2012	74	14	19	15	20	57	70	02	124
2013	91	16	36	16	21	61	84	05	150
2014	97	17	50	16	23	61	95	09	157
2015	114	21	65	17	31	65	109	10	181
2016	131	23	74	17	38	72	129	13	206
2017	144	25	83	19	41	77	138	14	212
2018	144	25	88	19	41	78	139	14	215
2019	147	29	99	19	43	78	148	19	220
2020	148	30	100	18	43	75	147	19	220
2021	150	31	100	18	44	76	153	21	218

Fonte: GeoCapes.

Quadro 8. Programas de mestrado profissional/ doutorado profissional - Grande área

Ano	C. da Saúde	C. ex. e da terra	C. humanas	C. biológicas	C. agrárias	Eng.	C. soc. aplicadas	Ling., letras e artes	Multidisc.
2017	-	-	-	-	-	-	-	-	01
2018	-	-	-	-	-	-	-	-	01
2019	06	-	02		01		03	-	12
2020	07	01	05	01	01	01	08	-	17
2021	08	01	08	01	01	02	10		20

Fonte: GeoCapes.

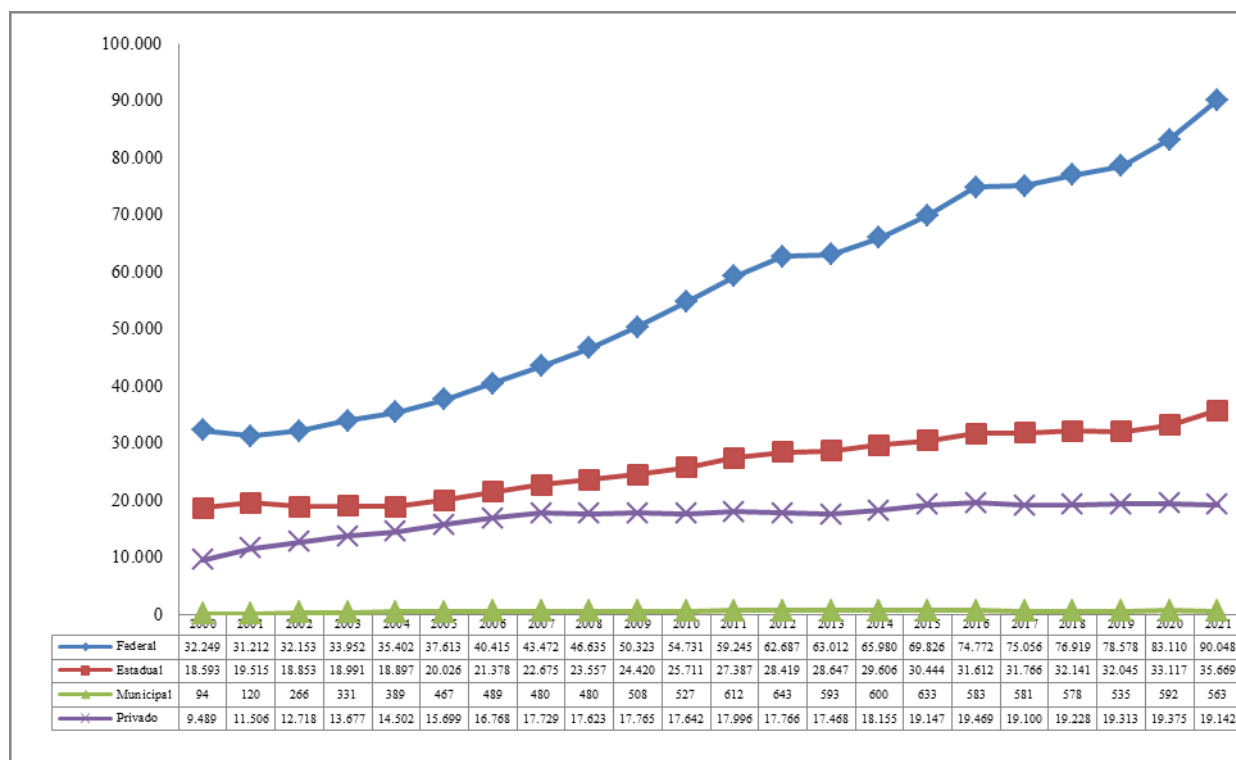
Quadro 9. Programas de doutorado profissional - Grande área

Ano	C. da Saúde	C. ex. e da terra	C. humanas	C. biológicas	C. agrárias	Eng.	C. soc. aplicadas	Ling., letras e artes	Multidisc.
2018	-	-	-	-	-	-	-	-	01
2019	-	-	-	-	-	-	-	-	01
2020	-	-	-	-	-	-	-	-	02
2021	-	-	01	-	-	-	-	-	02

Fonte: GeoCapes.

Quanto às matrículas, observa-se uma evolução ao nível de mestrado em todos os anos, inclusive durante a pandemia. Comparando com 2019, as matrículas aumentaram 4,4%, em 2020, e 11%, em 2021. Prevalece a matrícula dos discentes nos programas públicos, com realce para os federais (em 2021, 86,8% das matrículas no mestrado foram em programas públicos) (Gráfico 3). Em 2021, as matrículas no mestrado são maioria nas ciências humanas (17,8%), ciências sociais aplicadas (14,4%) e ciências da saúde (14,1%) (Quadro 10).

Gráfico 3. Matrículas no mestrado



Fonte: GeoCapes.

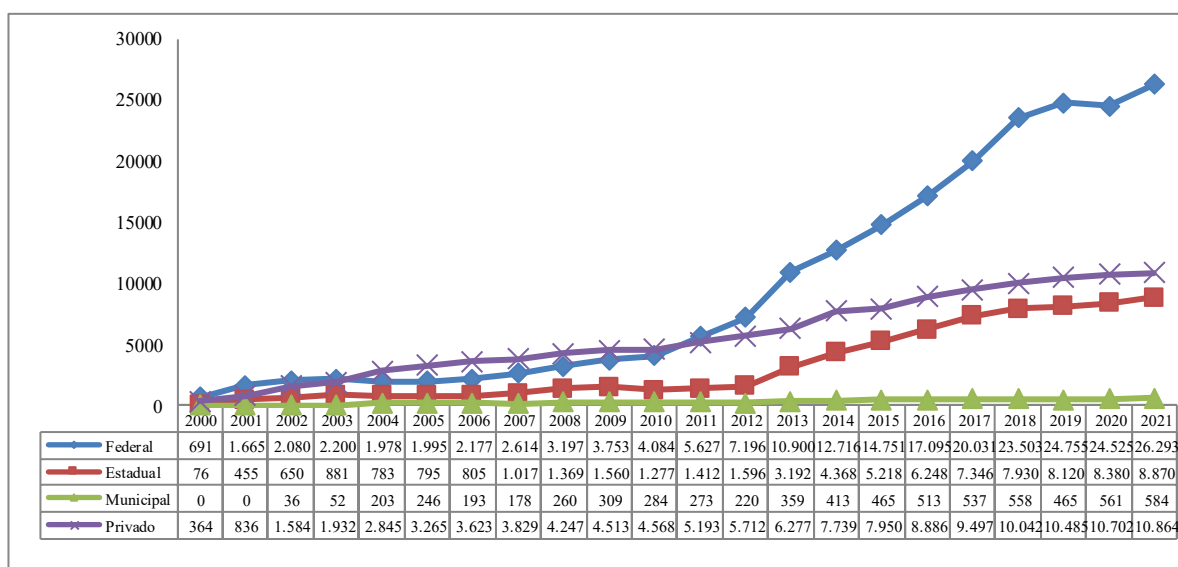
Quadro 10. Matrículas no mestrado por grande área e nível

Mestrado										
Discentes matriculados										
Ano	Eng.	C. humanas	C. soc. aplicadas	C. da saúde	C. ex. e da terra	C. agrárias	C. biológicas	Ling., letras e artes	Multidisc	Total de matrículas
2000	11.873	9.626	10.258	7.752	5.818	5.114	3.830	3.866	2.288	60.425
2001	9.744	10.864	11.541	8.048	6.128	5.429	4.150	4.170	2.279	62.353
2002	10.516	11.256	11.023	8.194	6.136	5.550	4.235	4.441	2.639	63.990
2003	10.960	12.198	10.689	8.507	6.286	5.802	4.401	4.778	3.330	66.951
2004	11.305	12.737	10.532	9.149	6.311	6.056	4.660	4.921	3.519	69.190
2005	11.631	13.678	10.940	10.020	6.740	6.332	5.012	5.311	4.141	73.805
2006	12.433	14.618	11.423	10.579	7.110	6.876	5.488	5.758	4.765	79.050
2007	12.530	15.160	12.372	11.144	7.693	7.683	5.492	6.129	6.153	84.356
2008	12.914	15.829	12.359	12.242	8.223	8.300	5.692	6.201	6.535	88.295
2009	13.545	16.357	12.726	13.134	8.701	9.055	6.076	6.328	7.094	93.016
2010	14.338	17.072	13.066	14.008	9.244	9.924	6.754	6.665	7.540	98.611
2011	14.506	18.092	13.897	14.694	9.841	10.927	7.444	7.174	8.665	105.240
2012	14.674	19.022	14.347	14.919	10.309	11.454	7.589	7.485	9.716	109.515
2013	14.202	19.071	14.697	15.273	10.241	11.078	7.093	7.396	10.669	109.720
2014	15.146	19.976	15.321	15.566	10.684	11.098	7.024	7.505	12.021	114.341
2015	16.195	20.691	16.435	16.177	10.860	11.286	7.114	7.905	13.387	120.050
2016	17.717	21.657	17.321	16.886	11.030	11.356	7.273	8.427	14.769	126.436
2017	17.692	20.913	17.648	17.240	10.855	11.196	7.244	8.199	15.516	126.503
2018	17.809	21.475	17.967	17.757	10.906	11.188	7.263	8.394	16.107	128.866
2019	17.479	22.119	18.479	18.021	10.887	10.964	7.173	8.768	16.581	130.471
2020	17.844	23.515	19.543	19.141	11.409	10.628	7.463	9.248	17.403	136.194
2021	18.022	25.949	21.006	20.584	11.979	10.467	7.600	10.494	19.321	145.422

Fonte: GeoCapes.

Nota-se o crescimento das matrículas no mestrado profissional majoritariamente nas instituições federais (26.293 matrículas em 2021). Neste ano, o setor privado ultrapassa o número de matrículas das instituições estaduais e municipais, demonstrando o interesse do privado neste nível de ensino (Gráfico 4).

Gráfico 4. Matrículas no mestrado profissional



Fonte: GeoCapes.

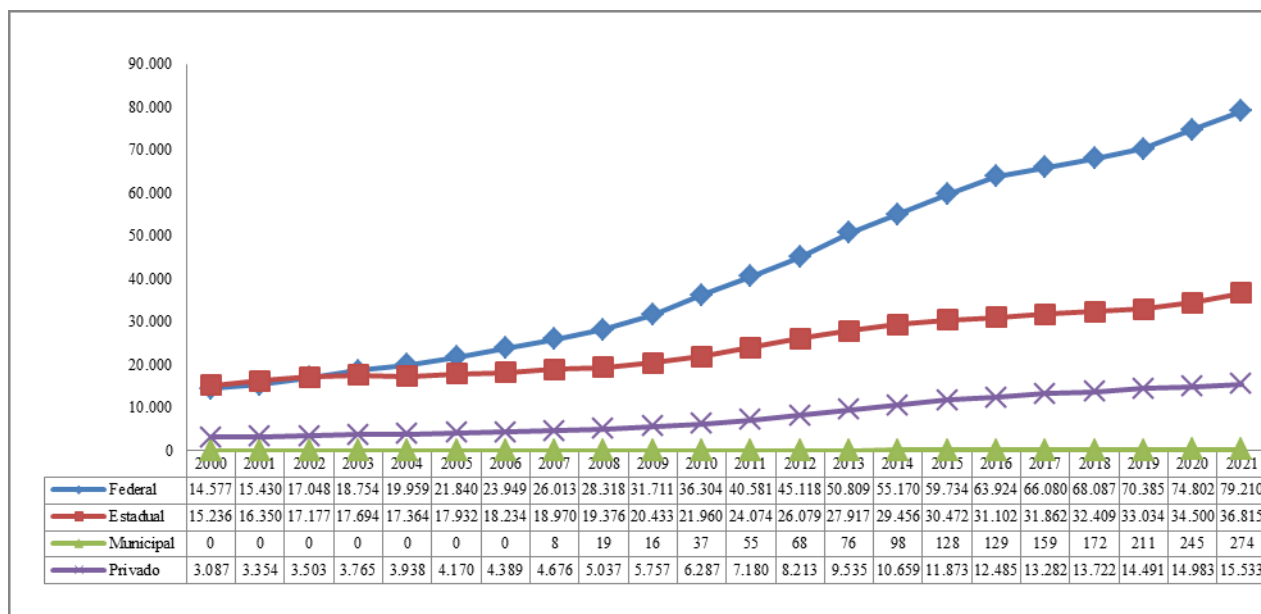
Quadro 11. Matrículas no mestrado profissional por grande área e nível

Mestrado Profissional										
Discentes matriculados										
Ano	Eng.	C. humanas	C. soc. Aplicadas	C. da saúde	C. ex. e da terra	C. agrárias	C. biológicas	Ling; letras e artes	Multidisc	Total de matrículas
2000	195	-	517	209	80	-	48	-	82	1.131
2001	827	47	943	345	186	20	14	-	574	2.956
2002	1064	117	1421	330	246	22	64	-	1086	4.350
2003	1424	114	1740	381	252	20	74	08	1052	5.065
2004	1489	171	1922	720	173	28	162	-	1144	5.809
2005	1465	190	2210	671	149	24	148	-	1444	6.301
2006	1457	154	2255	689	159	37	185	-	1862	6.798
2007	1804	203	2260	751	259	146	146	-	2069	7.638
2008	2087	292	2371	1079	336	193	119	-	2596	9.073
2009	2297	302	2453	1107	385	339	152	-	3100	10.135
2010	2288	408	2616	1093	360	397	215	-	2836	10.213
2011	2544	694	2788	1759	398	512	273	15	3522	12.505
2012	2696	945	3163	2225	484	576	314	71	4250	14.724
2013	2782	1486	3716	2659	3.238	607	330	966	4944	20.728
2014	3450	2381	4355	3195	3640	637	441	1243	5894	25.236
2015	3.594	3.079	4.673	3.592	3.684	788	535	1.484	6.955	28.384
2016	3.450	3.931	5.767	4.080	4.352	988	544	1.490	8.140	32.742
2017	3.451	4.458	6.651	4.947	4.573	1.175	938	1.992	9.226	37.411
2018	3.233	5.312	7.033	5.331	5.164	1.175	1.379	2.199	11.207	42.033
2019	3.002	6.029	7.507	5.539	4.975	1.168	926	2.226	12.453	43.825
2020	3.014	6.489	8.007	6.184	4.471	1.197	1.068	1.681	12.057	44.168
2021	3.149	6.771	8.978	6.380	4.044	1.329	1.035	1.951	12.974	46.611

Fonte: GeoCapes.

As matrículas no mestrado profissional aumentaram nos anos analisados. Em 2020, houve o aumento de 0,78% de matrículas, se comparado com 2019, e, em 2021, de 6,3% em relação a 2019 (Gráfico 4). Observa-se, em 2021, 27,8% das matrículas na área multidisciplinar (Quadro 11). Entre 2000, 2001 e 2002, as matrículas no doutorado eram mais elevadas nos programas estaduais; a partir de 2003, tornaram-se superiores no setor federal (Gráfico 5).

Gráfico 5. Matrículas no doutorado



Fonte: GeoCapes.

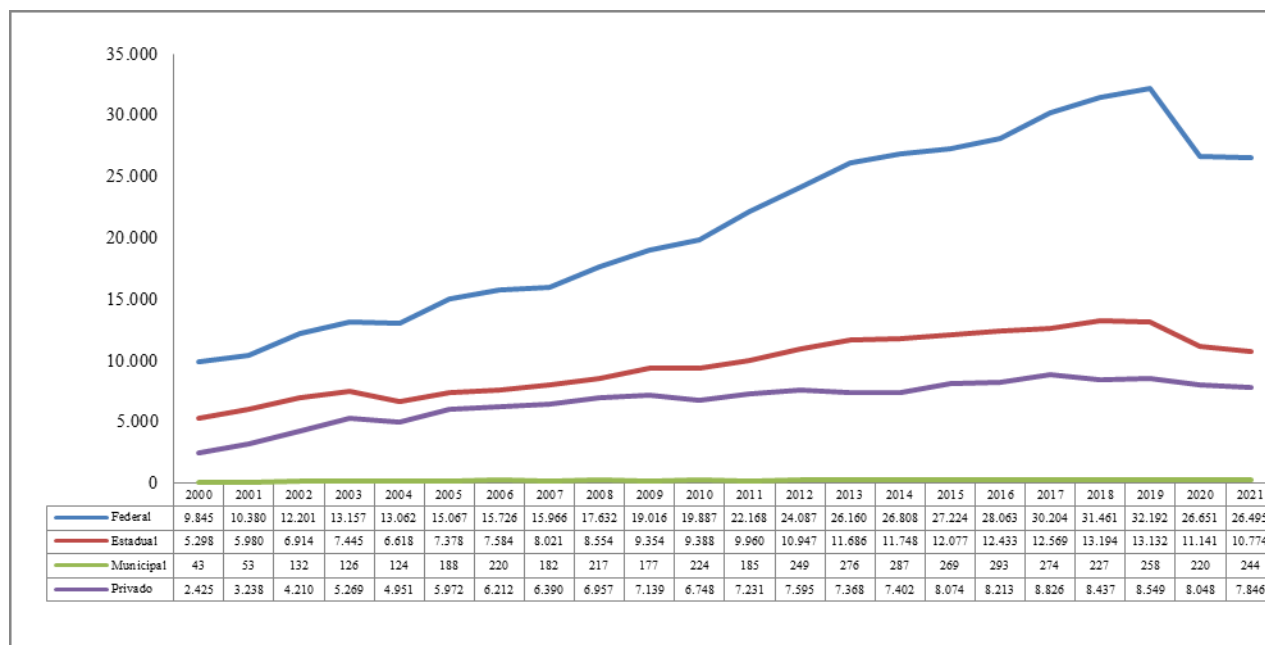
Quadro 12. Matrículas no doutorado por grande área e nível

Doutorado										
Discentes matriculados										
Ano	Eng.	C. humanas	C. soc. aplicadas	C. da saúde	C. ex. e da terra	C. agrárias	C. biológicas	Ling., letras e artes	Multidisc	Total de matrículas
2000	5.506	5.871	2.868	4.819	4.338	3.319	3.848	1.889	442	32.900
2001	5.379	6.225	3.324	5.147	4.505	3.683	4.241	2.039	591	35.134
2002	5.704	6.704	3.495	5.225	4.852	4.040	4.755	2.272	681	37.728
2003	6.078	7.211	3.492	5.654	4.995	4.252	5.101	2.583	847	40.213
2004	6.033	7.573	3.498	5.963	4.888	4.440	5.137	2.671	1.058	41.261
2005	6.466	7.878	3.664	6.487	5.121	4.788	5.292	3.018	1.228	43.942
2006	6.733	8.551	3.589	7.131	5.360	5.005	5.629	3.200	1.374	46.572
2007	6.862	8.949	3.940	7.644	5.748	5.379	5.405	3.292	2.448	49.667
2008	7.255	9.391	4.243	8.339	5.901	5.674	5.624	3.481	2.842	52.750
2009	7.979	10.079	4.734	9.092	6.522	6.441	6.039	3.683	3.348	57.917
2010	8.722	11.134	5.344	10.247	7.103	7.327	6.699	3.903	4.109	64.588
2011	9.432	12.106	5.995	11.527	7.893	8.410	7.383	4.370	4.774	71.890
2012	9.946	13.612	6.801	12.605	8.633	9.213	8.036	4.927	5.705	79.478
2013	10.545	14.867	7.750	14.509	9.571	10.164	8.588	5.418	6.925	88.337
2014	11.258	16.050	8.649	15.606	10.080	10.864	8.906	5.775	8.195	95.383
2015	11.765	16.873	9.602	16.740	10.692	11.408	9.283	6.280	9.564	102.207
2016	12.454	17.906	10.240	17.443	11.182	11.615	9.303	6.868	10.629	107.640
2017	12.794	18.613	10.854	18.240	11.294	11.730	9.279	7.152	11.427	111.383
2018	13.220	19.546	11.502	18.611	11.275	11.495	9.326	7.583	11.832	114.390
2019	13.606	20.567	12.696	18.904	11.424	11.414	9.181	7.869	12.460	118.121
2020	14.082	21.685	13.747	20.145	11.899	11.507	9.608	8.308	13.549	124.530
2021	14.429	23.901	15.022	20.962	12.115	11.596	9.534	9.405	14.868	131.832

Fonte: GeoCapes.

Mesmo em momento de pandemia da COVID-19, as matrículas no doutorado cresceram: em 2020, houve um acréscimo de 5,4% em relação a 2019 e, em 2021, de 11,6% comparado a 2019 (Gráfico 5). Em 2021, as matrículas são majoritariamente nas áreas das ciências humanas (18,1%) e da saúde (15,9%), mas nota-se o aumento relevante nos últimos anos da área multidisciplinar (Quadro 12).

Gráfico 6. Titulados no mestrado



Fonte: GeoCapes.

Quadro 13. Titulados no mestrado por grande área e nível

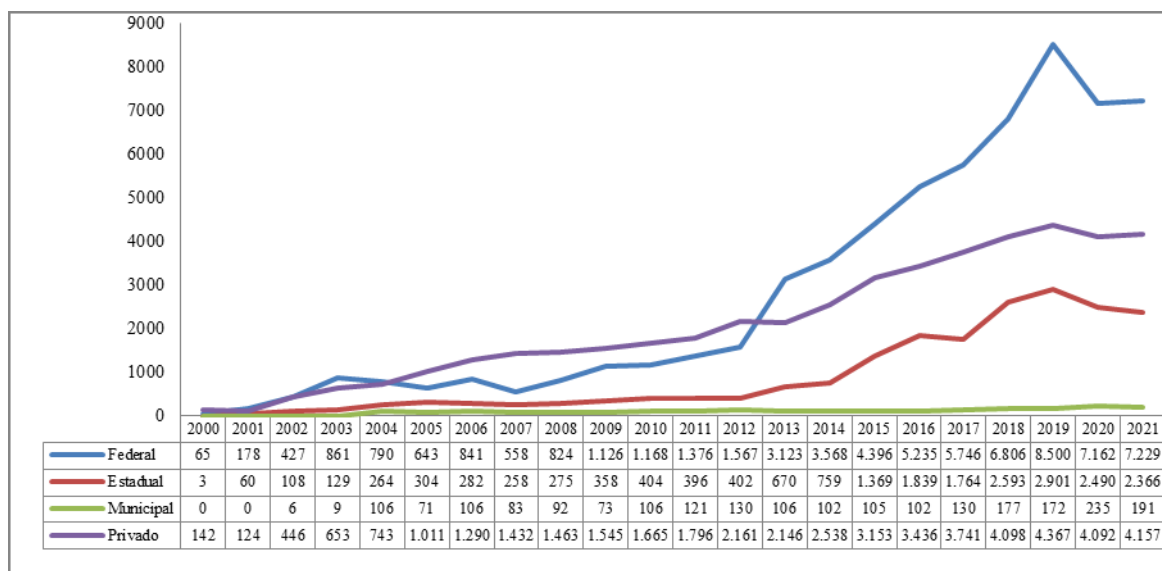
Mestrado										
Discentes titulados										
Ano	Eng.	C. humanas	C. soc. aplicadas	C. da saúde	C. ex. e da terra	C. agrárias	C. biológicas	Ling., letras e artes	Multidisc	Total de titulados
2000	2.669	2.872	2.589	2.694	1.773	1.955	1.469	1.071	519	17.611
2001	2.685	3.472	3.230	2.748	1.941	2.126	1.581	1.291	577	19.651
2002	3.055	4.306	4.093	3.328	2.252	2.335	1.778	1.483	827	23.457
2003	3.523	4.504	4.532	3.943	2.358	2.586	1.919	1.606	1.026	25.997
2004	3.603	4.395	3.895	3.573	2.211	2.469	1.772	1.708	1.129	24.755
2005	4.195	5.073	4.255	4.176	2.522	2.829	2.056	1.904	1.595	28.605
2006	4.016	5.408	4.477	4.422	2.561	3.036	2.222	2.000	1.600	29.742
2007	4.126	5.498	4.384	4.555	2.684	2.995	2.198	2.211	1.908	30.559
2008	4.225	6.123	4.843	4.607	2.781	3.501	2.507	2.386	2.387	33.360
2009	4.359	6.538	4.994	5.224	3.116	3.765	2.573	2.531	2.586	35.686
2010	4.314	6.589	4.895	5.488	3.251	4.015	2.637	2.350	2.708	36.247
2011	4.689	7.026	5.294	6.081	3.464	4.427	2.942	2.667	2.954	39.544
2012	4.819	7.332	5.704	6.685	3.752	4.998	3.307	2.924	3.357	42.878
2013	4.943	7.957	6.029	6.737	4.014	5.263	3.587	3.033	3.927	45.490
2014	5.116	7.961	6.302	6.817	3.947	5.301	3.324	3.179	4.298	46.245
2015	5.406	8.376	6.547	6.926	4.052	5.140	3.267	3.119	4.811	47.644
2016	5.772	8.265	6.900	7.092	4.214	5.232	3.100	3.098	5.329	49.002
2017	6.228	8.946	7.446	7.151	4.041	5.165	3.298	3.464	6.134	51.873
2018	6.489	8.855	7.764	7.684	4.181	5.213	3.212	3.332	6.589	53.319

2019	6.562	9.148	7.853	7.647	4.158	5.287	3.196	3.431	6.849	54.131
2020	5.175	7.672	7.072	6.679	3.488	4.410	2.706	2.850	6.008	46.060
2021	4.796	8.008	6.845	6.524	3.313	4.305	2.541	3.108	5.919	45.359

Fonte: GeoCapes.

Quanto à titulação no mestrado, houve diminuição a partir de 2020. Em 2021, houve a redução de 16,2% dos titulados em relação a 2019 (Gráfico 6). Em 2021, o sistema público foi responsável por 82,7% das titulações de mestrado. Os títulos de mestre em 2021 são maioria nas ciências humanas (17,6%), sociais aplicadas (15,1%) e da saúde (14,4%) (Quadro 13).

Gráfico 7. Titulados no mestrado profissional



Fonte: GeoCapes.

Quadro 14. Titulados no mestrado profissional por grande área e nível

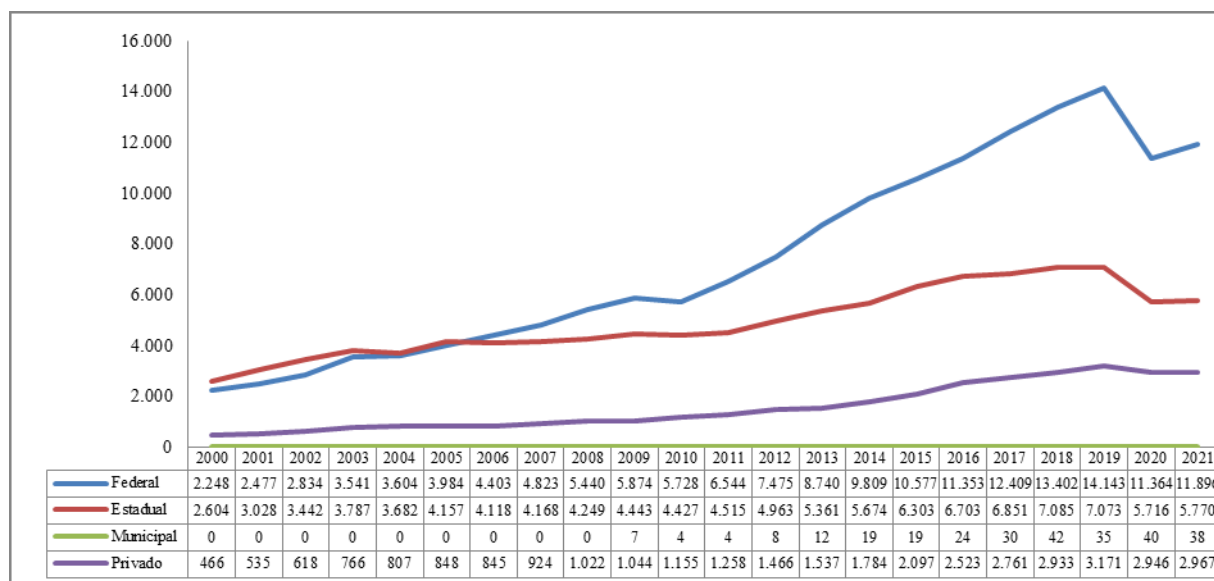
Mestrado Profissional										
Discentes titulados										
Ano	Eng.	C. humanas	C. soc. aplicadas	C. da saúde	C. ex. e da terra	C. agrárias	C. biológicas	Ling., letras e artes	Multidisc	Total de titulados
2000	-	-	103	90	-	-	-	-	17	210
2001	55	-	137	106	03	-	-	-	61	362
2002	175	11	372	247	19	06	-	-	157	987
2003	284	80	622	260	50	10	08	09	329	1.652
2004	529	51	653	260	48	10	52	-	300	1.903
2005	480	69	649	391	42	-	49	-	349	2.029
2006	640	128	865	305	48	14	40	-	479	2.519
2007	314	103	923	349	14	24	39	-	565	2.331
2008	472	75	861	360	45	37	62	-	742	2.654
2009	615	127	883	503	83	66	47	-	778	3.102
2010	516	137	923	505	110	93	33	-	1026	3.343
2011	597	125	1039	537	106	103	89	-	1093	3.689
2012	692	191	1163	743	75	146	74	-	1176	4.260
2013	726	379	1215	986	965	189	101	15	1469	6.045
2014	726	450	1544	1172	912	238	77	70	1778	6.967
2015	785	792	1.766	1.488	1.055	208	124	675	2.130	9.023
2016	1.078	1.218	2.092	1.727	1.031	273	140	606	2.447	10.612

2017	1.093	1.373	2.242	1.872	1.215	315	211	224	2.836	11.381
2018	918	1.827	2.863	2.082	1.195	450	137	787	3.415	13.674
2019	1.017	2.077	3.022	2.566	1.411	485	621	734	4.007	15.940
2020	771	2.074	2.440	2.071	1.206	377	455	805	3.780	13.979
2021	713	2.031	2.822	2.104	1.217	365	143	645	3.903	13.943

Fonte: GeoCapes.

Quanto ao doutorado, há crescimento das matrículas e uma queda nas titulações em 2020 e 2021. Em 2021, houve uma redução de 15,3% de titulados em relação a 2019. Em 2021, 88,2% das matrículas e 85,7% dos titulados de doutorado eram de instituições públicas (Gráfico 8). Em 2021, a formação no doutorado foi predominantemente nas ciências da saúde (18,1%), humanas (17,1%) e agrárias (11,4%), embora com crescimento da área multidisciplinar (Quadro 15). Apesar do crescimento das titulações de doutorado, o Brasil está longe de atingir o número de doutores desejáveis, se considerarmos o panorama mundial. O PNPG (2011-2020) fez uma projeção do crescimento de doutores no Brasil visando alcançar até 2038 a quantia de 23,77 doutores por mil habitantes. Para acompanhar essa projeção, seria necessário titular cerca de 28.987 doutores em 2020 e 44.005 doutores em 2024 (BRASIL, 2010). Por meio do quadro 15, nota-se que em 2020 foram titulados 20.066 doutores, número abaixo do indicado no PNPG 2011-2020. É certo que, quando ocorreu a elaboração do Plano, não se imaginava que haveria uma crise sanitária. Os dados mostram que a pandemia da COVID-19 e seus impactos no cotidiano dos docentes e discentes aprofundaram os desafios da pós-graduação.

Gráfico 8. Titulados no doutorado



Fonte: GeoCapes.

Quadro 15. Titulados no doutorado por grande área e nível

Doutorado										
Discentes titulados										
Ano	Eng.	C. humanas	C. soc. aplicadas	C. da saúde	C. ex. e da terra	C. agrárias	C. biológicas	Ling., letras e artes	Multidisc	Total de titulados
2000	705	892	441	1028	727	550	667	257	51	5.318
2001	765	1025	478	1111	788	721	769	324	59	6.040
2002	819	1140	613	1425	747	785	894	393	78	6.894
2003	1023	1286	736	1549	913	1026	1028	415	118	8.094
2004	1055	1329	755	1462	904	974	1035	452	127	8.093
2005	1114	1497	813	1682	964	1119	1141	496	163	8.989
2006	1123	1503	890	1731	951	1160	1158	617	233	9.366
2007	1169	1689	810	1798	988	1217	1154	710	380	9.915
2008	1222	1862	868	1959	1132	1319	1238	696	415	10.711
2009	1284	1954	952	2125	1119	1424	1269	732	509	11.368
2010	1196	2007	944	2132	1176	1475	1200	643	541	11.314
2011	1346	2168	980	2384	1224	1513	1289	752	665	12.321
2012	1517	2301	1273	2596	1355	1853	1420	756	841	13.912
2013	1579	2681	1334	2963	1502	2088	1559	928	1016	15.650
2014	1663	2882	1541	3154	1683	2268	1822	1124	1149	17.286
2015	1.967	3.239	1.625	3.451	1.812	2.427	1.897	1.210	1.368	18.996
2016	2.051	3.417	2.002	3.735	1.936	2.695	1.970	1.195	1.602	20.603
2017	2.019	3.726	2.235	3.968	2.126	2.664	2.023	1.312	1.978	22.051
2018	2.190	3.792	2.357	4.343	2.108	2.906	2.051	1.398	2.317	23.462
2019	2.254	4.120	2.464	4.352	2.152	2.859	2.151	1.639	2.431	24.422
2020	1.888	3.402	2.229	3.537	1.754	2.341	1.535	1.355	2.025	20.066
2021	1.920	3.535	2.321	3.737	1.771	2.358	1.621	1.340	2.068	20.671

Fonte: GeoCapes.

Um estudo do Programa de Pós-Graduação em Ensino em Biociências e Saúde do Instituto Oswaldo Cruz (IOC/Fiocruz), realizado em 2020 com 5.985 discentes de pós-graduação do Brasil, revelou um significativo impacto da pandemia de COVID-19 nas atividades acadêmicas e na saúde mental dos participantes. Do total de entrevistados, 45% sentiam ansiedade generalizada, 17% tiveram depressão durante a pandemia, 80% tiveram falta de motivação e problemas de concentração. Ressalta-se que o período de pandemia alterou profundamente as relações sociais. A sociedade conviveu com muitas incertezas, medos e perdas, situação também vivenciada pelos discentes e agravada pelo contexto estressante da pós-graduação com prazos e pressão por produtividade. A referida pesquisa admite que estudos anteriores à pandemia já afirmavam que os problemas de saúde mental são frequentes em estudantes de pós-graduação (mais que em relação à população em geral). Todavia, a emergência da crise sanitária agravou a questão (Corrêa *et al.*, 2022).

Considerações finais

O Sistema Nacional de Pós-Graduação apresentou um crescimento ao longo de 2000 e 2019, tanto em termos de número de programas quanto de matrículas e titulações. Os programas de pós-graduação stricto sensu aumentaram nos anos pesquisados, com exceção de 2020, quando se obteve uma queda ínfima de 0,2% em relação a 2019, não sendo constatada redução de programas nas instituições federais.

As assimetrias regionais ainda se fazem presente com a localização majoritária dos programas no Sudeste. De 2000 a 2021, há o aumento de matrículas no mestrado, mestrado profissional e doutorado. Entretanto, em 2020 e 2021, nota-se a diminuição das titulações em todos os segmentos, explicitando a questão da dificuldade de conclusão do curso durante a pandemia da COVID-19.

Fica explícito a importância das pesquisas científicas e a necessidade de investimentos face às grandes problemáticas emergentes no mundo. A ciência não é neutra e deve ter condições de enfrentar desafios. Embora a demonstração de resiliência dos programas se faça notar, é preciso maior investimento para a sua expansão, com sistemático aumento de matrículas (porque ainda é muito pequeno o número de pesquisadores no Brasil) e de titulações. O corte de recursos na área foi notório, como apontam os próprios relatórios institucionais da CAPES, a exemplo das bolsas de estudo. Segundo o relatório da CAPES

Ao analisar a evolução dos investimentos dos programas institucionais e estratégicos, observa-se que a concessão de bolsas teve crescimento entre os anos de 2011 e 2015, seguiu estável até o ano de 2018, mantendo-se no patamar de 98.000 bolsas, e apresentou uma redução de cerca de 5% nos anos de 2019 e 2020 em relação a 2015. [...] Vale ressaltar que o cenário de gastos do Governo Federal como um todo passou a sofrer fortes restrições a partir de 2015, principalmente em função da Emenda Constitucional nº 95/2016 (Brasil, 2021, p. 39-40).

Desta forma, ressaltamos que os desafios nacionais são grandes demais para um modesto investimento na política de educação e de ciência e tecnologia.

Referências

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. **Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação 2016-2022**. Brasília (DF), 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Plano Nacional de Pós-Graduação – PNPG 2011-2020 – Volume I**. Brasília (DF), 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 343, de 17 de março de 2020. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**: seção 1, Brasília (DF), p. 39, 18 mar. 2020b.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 345, de 19 de março de 2020. Altera a Portaria MEC nº 343, de 17 de março de 2020. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**: seção 1, Brasília (DF), p. 1, 19 mar. 2020c.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 188, de 3 de fevereiro de 2020. Declara Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus (2019-nCoV). **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**: seção 1, Brasília (DF), p. 1, 4 fev. 2020a.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Evolução do SNPG no decênio do PNPG 2011-2020**. Brasília (DF), 2021.

CORRÊA, R.P. *et al.* The perceptions of Brazilian postgraduate students about the impact of COVID-19 on their well-being and academic performance. **International Journal of Educational Research Open**, United Kingdom, v. 3, p. 1-8, 2022.

CURY, C. R. J. Quadragésimo Ano do Parecer CFE n. 977/65. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 30, p. 7-20, 2005.

ELIAS, M.; ALVES, E. Desafios da formação profissional em Serviço Social no contexto brasileiro da pandemia da covid-19. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 144, p. 71-90, 2022.

GEOCAPES. Sistema de Informações Georreferenciadas CAPES. Disponível em: <https://geocapes.capes.gov.br/geocapes/>.

HÁ um ano, Brasil registrava a primeira morte por Covid-19. **O Popular**, Goiânia, 12 mar. 2021. Disponível em: <https://opopular.com.br/cidades/ha-um-ano-brasil-registrava-a-primeira-morte-por-covid-19-1.2211693>. Acesso: 18 jan. 2023.

LEONEL, F. Brasil celebra um ano da vacina contra a COVID-19. **FIOCRUZ**, Notícia, Rio de Janeiro, 18 jan. 2022. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/brasil-celebra-um-ano-da-vacina-contra-covid-19>. Acesso em: 19 jan. 2023.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde São Paulo: Hucitec. 2004.

MOREL, A.P.M. Negacionismo da Covid-19 e educação popular em saúde: para além da necropolítica. **Revista Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 19, p. 1-14, 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Relatório de Ciências da Unesco**: a corrida contra o tempo por um desenvolvimento mais inteligente. Paris: Unesco, 2021. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000377250_por. Acesso em: 20 jan. 2023.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. **Com produção de vacina nacional contra COVID-19, o Brasil avança na autossuficiência de produtos de saúde**. Brasília (DF): OPAS, 23 fev. 2022. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias/23-2-2022-com-producao-vacina-nacional-contra-covid-19-brasil-avanca-na-autossuficiencia>. Acesso em: 16 de abr. de 2023.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. **Folha informativa sobre COVID-19**, Brasília (DF), [2021]. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19>. Acesso em: 20 jan. 2023.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. **Situation by Region, Country, Territory & Area**. Brasília (DF): Opas, [202-]. Disponível em: <https://covid19.who.int/table>. Acesso em: 20 jan. 2023.

SOUZA, G.; SOARES, M. G. M. Contrarreformas e recuo civilizatório: um breve balanço do governo Temer. **Revista Ser Social**, Brasília (DF), v. 21, n. 44, p. 11-28, 2019.

VELOSO, J. A doutora formada na UFBA que liderou o primeiro sequenciamento genético do coronavírus no Brasil. **Edgar Digital**, Salvador: UFBA, 2 abr. 2020. Disponível em: <https://coronavirus.ufba.br/doutora-formada-na-ufba-que-liderou-o-primeiro-sequenciamento-genetico-do-coronavirus-no-brasil>. Acesso em: 18 de fev. 2023.

MOURA, M. **Universidades públicas realizam mais de 95% da ciência no Brasil**. Notícias, Salvador: UNIFESP, 16 abr. 2019. Disponível em: <https://www.unifesp.br/noticias-antiores/item/3799-universidades-publicas-realizam-mais-de-95-da-ciencia-no-brasil>. Acesso em 10 abr. 2023.

VARGAS, T. O cenário dos mestrados profissionais no país e o caso da ENSP. **Informe ENSP**, Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, 19 jun. 2015. Disponível em: <https://informe.ensp.fiocruz.br/noticias/37941>. Acesso em: 21 jan. 2023.

Agradecimento

À FAPEMIG pelo financiamento da pesquisa.

Daniella Borges Ribeiro

Docente do curso de graduação em Serviço Social e da Pós-graduação em Economia Doméstica da Universidade Federal de Viçosa (UFV). Possui graduação em Serviço Social, mestrado e doutorado em Política Social pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Membro do Grupo de Pesquisas Fênix/UFES e Líder do Grupo de Estudos, Pesquisas e Extensão em Política Social, Saúde Mental e Drogas (GEPEPSS/UFV), cadastrado no CNPq.
